



O caos e seu oposto

Fernando Pedrão *

1. Os antecedentes da questão

A reflexão sobre o caos hoje suscita um questionamento sobre o saber e a experiência, que transcende o âmbito da ciência oficial, e mesmo, que atinge o papel da ciência na construção de uma visão de mundo. O reconhecimento da pluralidade de experiências incorporada na realidade social leva a questionar a cientificidade, como parte de uma crítica da racionalidade que se manifesta como uma diferença em relação com o paradigma científico hegemônico. A noção de caos representa uma possibilidade de objeto alternativo aos objetos presumidamente ordenados de que trata a ciência oficial.

Esses questionamentos do objeto e do método da ciência desenvol-

vem-se, com diferentes antecedentes de análise e possibilidades de interpretação. A busca de uma interpretação fundada nos estatutos da ciência social leva, primeiro a revisar a compreensão de ciência; e logo, a examinar o significado desta discussão para a reconstrução crítica da ciência no campo social. Nas páginas seguintes apresenta-se uma tentativa de apreensão desse conjunto de questões do ponto de vista de uma visão histórica, crítica, da ciência social.

Um aspecto essencial da crítica da ciência é a reconsideração de seus postulados positivistas, portanto, da identificação de ciência com as condições imediatas de sua operacionalidade. Daí, que em sua fundamentação a ciência positivista se identifica com sua departamentalização. Ela descarta a relação entre a produção social da ciência e a do saber, introduzindo cortes arbitrários nos momentos considerados como iniciais do trabalho científico. Desse modo, desconhece a posição daquelas pré-estruturas do conhecimento, onde a hermenêutica de Gadamer situa a clareza do movimento de indagação em relação com suas próprias origens. Em síntese, a crítica da cientificidade exige que se exponham, claramente, os alicerces anteriores à ciência sobre os quais ela se sustenta. Ignora-los, negá-los são atitudes que impossibilitam julgar quanto as pretensões de cientificidade de cada ciência se sustentam.

A departamentalização do conhe-

* Docente Livre da Universidade Federal da Bahia, Diretor Presidente do Centro de Desenvolvimento Ambiental e Energético

cimento científico corresponde a uma tácita visão de conjunto do conhecimento demonstrado, que pressupõe algum tipo de unidade interna daquilo que se convencionou entender como a civilização ocidental. Não se ocupa de que haja outras visões de mundo concomitantes. A visão geral de mundo com que se enfrentam os problemas de teorização e de análise aplicada, nas ciências físicas e nas humanas estaria, em todo caso, sustentada por esse referencial, desde o qual se vêm os temas da racionalidade e da organização social, como diferentes rebatimentos da visão com a qual se entendem os fenômenos do macro e do micro cosmo. Mas, para perceber os limites da visão racional é preciso, primeiro, conhecê-la; e adiante, confrontá-la com os diferentes contextos em que se pensa aplicar uma visão racional como universal. Estender a lógica do humano à natureza significa, nesse caso, uma simplificação tão grave quanto a de supor que todo o humano é generalizável a toda a humanidade.

A compreensão de ciência vive uma crise decorrente em parte do desenvolvimento do próprio trabalho científico; e em parte, de reflexões sobre ele, que podem, às vezes, ser tomadas como filosóficas, e outras vezes, como raciocínios metodológicos ligados às próprias ciências. Idéias tais como a que o planeta é um sistema fechado, constituído de recursos todos finitos e esgotáveis em sua forma atual; ou como a que o planeta tem comportamentos próprios, que alteram, continuamente, sua composição de recursos, são, em princípio, tão perturbadoras como a constatação de que os verdadeiros horizontes da visão histórica implicam em

possibilidades de tempo em expansão, ligadas a perspectivas de espaço finitas. Se a lógica do objeto natureza reserva surpresas ao revelar diferentes modos de combinação, a lógica do objeto sociedade revela outros choques, com a revelação dos limites - estreitos e incertos - em que se move a razão. De repente, descobre-se que todo o esforço dispendido para mostrar a razão em sua plenitude trouxe a relativização histórica das condições da racionalidade, junto com o descobrimento do inconsciente.

Assim, quando agora se trata com as propostas oriundas do mundo da física para criticar ordem, cabe perguntar se primeiro não é necessário questionar como se realiza o pensamento da física, quanto de intuitivo ele comporta, ou quanto contém, de demonstrações não verificáveis empiricamente, junto com as realmente verificáveis.

2. Os pólos objetivo e subjetivo da questão

A noção de caos é necessária à compreensão de ordem, como seu contraste e complemento. Uma ordem sucede ou alterna um caos. Ou um caos é um universo cujos códigos não são conhecidos, sobre o qual se inferem observações que não são suficientes para construir um corpo estruturado de conhecimento. Justamente, esta ignorância das leis de um universo caótico faz com que a noção de caos prescinda da de transformação, portanto, da de sentido de finalidade. Por isto, subjacente em todas as teorias da mudança, a necessidade de tratar com o caos é perturbadora.

As críticas das teorias da mudança, que estiveram latentes nas explicações do desenvolvimento social, resultaram do antecedente incômodo de oporem-se a estados de ordem, portanto, a mudanças, que eram tidas como indesejáveis. Quem não percebe que os sistemas colonialista e escravista tiveram seus próprios desenvolvimentos, que pressupuseram algum sentido de finalidade e uma ética? Quem pode negar que a renovação das oligarquias incorporadas nos movimentos de modernização tem suas próprias regras de gestão tecnológica, suas próprias determinações de produção de estruturas políticas?

As críticas posteriores ao período colonial, identificadas com as visões pós-modernistas, enfrentam uma dificuldade maior, já que devem, necessariamente, reportar-se a novas ordens, intuídas mas não conhecidas. Como, por extensão, se questiona a pertinência de trabalhar com a presunção de uma ordem única, como sistema de poder ou como sistema de conhecimento, os pressupostos de ordem são fundamentais.

No campo da filosofia social, as dificuldades conceituais com o caos são inevitáveis, porque ele representa o oposto dessa presunção exclusivista de ordem. Se o modernismo pos a razão como ordem em substituição do privilégio, pelo mesmo impulso, excluiu todos aqueles elementos de conhecimento obtidos de origens não racionais, restringindo o problema científico essencial de demonstração àquilo que, de antemão, se reconhece como demonstrável. Assim, a razão ficou presa nas malhas de suas próprias determinações. A necessidade de reconhecer a pluralidade

inerente ao movimento da racionalidade nas sociedades implica, em última análise, em admitir que a racionalidade não se põe na posição de julgar a relação entre o racional e o não racional, portanto, a relação entre o conhecimento racional e o não racional.

Assim, a racionalidade exclusivista situa-se no interior de suas próprias normas, tornando-se a representação de outros tantos privilégios, menos explícitos, por isto mais escorregadios. A identificação de uma ordem prevalecente significa, tacitamente, a desconfiança em sua substituição, a transformação da verificação de suas premissas em hipóteses sobre as pré-estruturas de conhecimento que não são avaliadas. Assim, a defesa de certas modalidades de demonstração torna-se, também, a de uma ordem constituída da ciência, tal como aquela proposta por Nagel, desde aquelas que se adaptam melhor a estes requisitos àquelas que são incompatíveis com eles. Diga-se de passagem, que a visão panorâmica das ciências oferecida por Nagel contempla dois planos de problematização, que convivem no campo das ciências sociais. Paralelamente, expressões tais como "lodaçal metodológico", atribuídas ao campo do conhecimento do social, indicam o não reconhecimento de qualquer originalidade de sua temática, por figuras como Popper e Bunge, revelando a identificação da epistemologia ortodoxa com uma visão de ciência restrita à compreensão do físico.

O papel da reconstrução conceitual do objeto social, que serve de base à crítica de Adorno às estratégias positivistas de Popper, fica relegada a um segundo plano, como se apenas interessasse como parte de um

procedimento ordenador no plano operacional, e não fosse uma questão metódica essencial ao estatuto da ciência social como tal. No entanto, é justamente aí onde se situa a diferença de perspectiva entre a análise determinada pelas transformações do objeto e a organizada como manifestação do sujeito.

Assim, para representar as preocupações do campo do social, a elaboração de uma compreensão do caos requer um tratamento dos elementos concretos do funcionamento de diferentes sociedades, hoje visíveis, que permite decidir se trabalhar com o mesmo tipo de indeterminação do caos indicado no livro do Gênese, ou contemplar uma visão de caos conseqüente de experiências com o significado de ordem.

A conseqüência é que, salvo pela possibilidade de se rejeitarem os elementos produzidos pela experiência, a noção de caos hoje é histórica: não se coloca antes do tempo, senão que ao lado dele no campo social; e como campo alternativo a ele no campo da física. Mais ainda, o caos se instala no tempo e no espaço, mais precisamente, no espaço-tempo das experiências.

Justamente, o que há de original no campo do social é que a ordem está referenciada por algum tipo de experiência, que o caos é um estado alternativo ao de ordem, cuja origem e fim, entretanto, não dependem das alterações que acontecem na ordem objetiva com que eventualmente se trata. Mas a suposição de que a ordem está associada a transformação implica em modificação, portanto, virtualmente, em trajetória. Nesta acepção, o caos pode ser uma negação de uma dada

ordem estabelecida; e enseja possibilidades de sua substituição por outra equivalente, ou mesmo por outra não equivalente.

No entanto, trata-se de universos não equivalentes. De um lado está a visão de um caos cósmico, que representa o abismo do não conhecido; de outro, o caos social inerente ao universo das experiências coletivas. A visão de um caos cósmico externo à ação humana constitui um referencial do que não pode ser atingido, mas que pode nos atingir, do que pode permanecer inalterado, independentemente do que aconteça no plano particular em que se situa a ação social. De outro lado, está o caos experimentado, que se coloca fora dos limites da ordem construída, que interage com ela. Este último é uma referência inevitável do que se constrói, porque é uma negação das regras de construção. Ao mesmo tempo, é um indicador da falsidade da ordem. A ordem assenta-se sobre uma progressão de experiências, portanto, de vivências conscientemente incorporadas; e de negações de outras possibilidades de ordenamento. Referencia as ações atuais, ao tempo em que restringe a criatividade. Cria modos de encaminhamento e situa as possibilidades de resposta a problemas específicos.

A correspondente noção de caos sintetiza a incerteza que pode afetar o relacionamento social. Caos aqui é uma situação de não determinação de identidades e de funções, em que os movimentos dos agentes envolvidos são imprevisíveis. Esta, a questão a ser tratada agora: o fato de que a incerteza reflete uma impossibilidade de prever, seja, a incapacidade de superar a predominância de forças tendentes à interrupção de uma ordem

conhecida. Aí predomina a imprevisibilidade, que não se confunde com acaso, senão com a formação de novos códigos de relações. É a formação do caos. É a alteração brusca das relações essenciais à reprodução dos sistemas, com a mudança de significado das instituições ou com sua dissolução e da individualidade. Significa a interrupção das relações essenciais à estruturação social, seja, daquele arcabouço de relações que em seu cerne se materializa em relações de classe, que em sua periferia compreende uma pluralidade de modalidades de organização e que compreende os modos de articulação entre o âmbito das relações de classe e o daquelas outras que não se resolvem imediatamente nos termos de relações de classe.

Historicamente, a grande questão que se coloca nessas situações é saber se o movimento de formação de uma estrutura permite o aparecimento de novas condições de previsibilidade, se as condições anteriores guardam algo de validade, ou se se forma um universo genuinamente imprevisível. E por quanto tempo isso pode durar. Tacitamente, trata-se de saber qual a real continuidade entre o atual e o anterior.

As teorias sociais, implicitamente, apresentam-se como portadoras de um conhecimento capaz de interpretar a formação das sociedades, o que, na prática, significa trabalhar com aquelas sociedades que conduziram a acumulação mundial do capital; e toma-las como referenciais para contrastar com sociedades ditas exóticas e com sociedades primitivas. É o percurso do projeto ocidental de civilização, que se instrumentaliza no ca-

pitalismo.

Nesse universo haveria sempre uma ordem da mudança, que seria dada pelo embate entre a racionalidade desta civilização e as demais modalidades de organização. O caos que porventura se instale na reprodução de qualquer dos âmbitos de organização que atingem essa ordem maior não invalida os códigos de reprodução do conjunto. No fundo, é uma visão do universo formada a partir de uma determinada energia transformadora, cujo desdobramento, em todo caso, se considera essencial. É uma visão que pode se exprimir sem necessariamente levar em conta os aspectos de solidariedade e de resistência entre os integrantes de um dado universo considerado, por mais que sejam, justamente, esses aspectos que permitam inferir peculiaridades das ações de um dado conjunto de agentes e diferenças entre os modos como elas interagem.

Pelo contrário, a visão desse mesmo universo a partir de sua pluralidade deixa entrever outras possibilidades de alteração, com diferentes sentidos

e
consequências. Noutras palavras, a decomposição de uma determinada ordem, e a formação de qualquer outra, podem ocorrer de diversos modos, com diferentes possibilidades de previsão, que estão identificadas com as condições históricas, objetivas, em que os grupos se relacionam, e as condições psicológicas, subjetivas, com que se situam em contextos históricos específicos.

Essa pluralidade de possibilidades constitui um clima radicalmente diferente daquele indicado pelo movimento da razão civilizatória unificadora, presumido pela ciên-

cia oficial. Esta premissa iluminista ficou definitivamente incorporada ao projeto ocidental de poder, como seu modo acrítico, positivo, de auto-identificar-se. A tendência incoercível a uma racionalidade unificadora - da ideologia e da tecnologia - a la Weber, seria um maneirismo da civilização capitalista enquanto ela pode presumir continuidade cultural. Mas o contraste com a pluralidade não só revela uma alternativa, como mostra a possibilidade de que ocorram transformações radicalmente diferentes das anteriores. Nesse caso desaparece o significado de seqüências de fenômenos - portanto de progressões - assim como a validade da postura de justapor fenômenos pertencentes a diferentes séries cuja continuidade não se pode garantir de antemão.

Há, portanto, uma incerteza que supera quaisquer possibilidades de previsão, que elimina quaisquer horizontes temporais de interpretação. E isto tem um efeito igualmente radical no relativo à espacialidade do social. Os espaços formados sob certa lógica de relacionamento, e em relação com certos horizontes de duração de fenômenos, perdem sentido ou mudam de posição. Cidades que desempenharam certas funções, como parte de um dado sistema político e econômico, podem perder outras funções, indiretamente ligadas às anteriores, desempenhar outros papéis, ou simplesmente perder importância. Assim, as possibilidades de reprodução ou de expansão de uma crise revelam-se maiores e mais profundas, com a possibilidade de que ela se reproduza diferentemente no tempo e no espaço.

Assim, cabe considerar que a de-

composição das referências de ordem no tempo e no espaço resulta numa falta de pontos de apoio para a construção de qualquer nova racionalidade, portanto, num segundo momento, é determinante de quaisquer novos comportamentos. Para quem se preocupa com estas questões no campo social, parece ser indispensável reconhecer que há uma precedência de elementos objetivos da ordem cósmica, que antecede quaisquer possibilidades de identificação de elementos subjetivos de ordem, que em todo caso estabelecem limites às manifestações sociais de ordem. De fato, quaisquer elementos de ordenamento que se formem em correspondência com referências ecológicas estão sujeitos a modificações conseqüentes de alterações dos ecossistemas.

Independentemente de qual seja a ordem seqüencial em que essas alterações aconteçam, pode-se considerar que a renovação dos momentos de previsibilidade traduz-se na criação de situações objetivas desiguais, para que se formem novas referências subjetivas de ordem.

2. *A apreensão objetivizada do problema*

Esse encadeamento entre o plano físico e o social é essencial no campo do social, pelo que ele abrange as diversas questões relativas à reprodução e à mudança das formações sociais. Na perspectiva social, o caos chega como uma manifestação objetiva, mas se faz

sentir subjetivamente. Na prática, o caos se percebe pelo modo como ele atinge as sociedades e seus componentes. A visão geral do problema se particulariza nas formas específicas de funcionamento dos sistemas, em suas práticas e no modo como suas instituições reagem aos estímulos de desorganização. A sociedade periférica avançada - ou sociedade desigualmente industrializada - é sempre um meio segmentado; e tem comportamentos diferenciados no relativo aos seus componentes genuinamente integrados na produção capitalista, e os que estão indiretamente subordinados a este sistema, mas que têm grande parte de sua subsistência fora dele.

O caos aqui é a negação de qualquer possibilidade de visualizar a reprodução de instituições, e de avaliar o significado das práticas que interalimentam com elas. De nada serve que o sistema permaneça tecnicamente intacto, se seus movimentos não podem ser entendidos e seus mecanismos não podem ser acionados. Supostamente, se a sociedade mantém uma percepção racional do funcionamento do sistema de produção, e se admite que nele há necessidades superiores à capacidade de produção, e recursos limitados, não há como desentender-se das rupturas de ordem, ou reversões de tendência no plano físico, que projetam indeterminação ao plano do social.

A incursões sobre o caos a partir de coleções de observações mutuamente não excludentes, como faz Gleick, e a proposta de explorar prováveis contradições de doutrinas hoje prevaletentes, como faz Prigogine, levam, a grosso modo, a uma visão cética do desenvolvimento das ciências, que tacitamen-

te também significa uma visão cética do saber. Esta perspectiva se traduz em dúvida acerca da representatividade do conhecimento científico, bem como numa falta de compromisso com o projeto de racionalidade a todo transe da ciência oficializada, que leva a desenterrar um grande número de momentos de irracionalidade submergidos na condução da análise científica. Por exemplo, a diferença entre a racionalidade incorporada nas estruturas de informações utilizadas e a racionalidade no tratamento desse material. Não é nada novo. Einstein de um lado, Muonod de outro, são exemplos de cientistas que trataram com o acaso e com a impossibilidade de controlar o componente empírico da demonstração na produção de novas demarcações da cientificidade, que certamente não podem ser colocadas como um problema de controle interno da demonstração, como quer Popper. Tornou-se necessária uma revisão da conceituação de demonstração, capaz de dar conta, respectivamente, dos problemas de articulação entre a demonstração lógica e a material, e da articulação entre o plano lógico e o empírico. Como disse Russell, atrás da demonstração matemática há, realmente, um problema de lógica.

No pleito de reconstrução de uma visão crítica do social, trata-se do significado de demonstração. Por demonstração entendem-se aqui procedimentos capazes de identificar erro e limites, de distinguir erro de incerteza, de situar explicitamente limites, em tempo e espaço, assim, de auto-qualificar a qualificação. O plano lógico da demonstração neste caso é, essencialmente, o reflexivo, onde se pode apropriar socialmente a experiência da demonstração. Por exten-

são, a relação entre o plano lógico e o empírico da demonstração é onde se explicitam as decisões práticas de operacionalização do raciocínio lógico. Por isto, ao perceber as diferenças essenciais entre os objetos da análise - sociais ou não, físicos ou abstratos - torna-se logicamente necessária uma avaliação dos modos como se visualiza e delimitam os procedimentos empíricos de demonstração.

Por isso, no campo social a dissolução das referências institucionais, ou a perda de significação das práticas, são dados que alteram as condições de realização individual e coletiva dentro do marco histórico mais estrito das experiências espacial e temporalmente localizadas. Sinteticamente, as experiências correspondem sempre a situações não intercambiáveis de espaço-tempo. Nesse domínio, o caos é uma situação de incompreensibilidade, seja pelas dimensões e pela brusquidão das alterações, seja pela perda de capacidade de compreender as alterações que acontecem. O caos aqui é uma ameaça à continuidade das experiências, ao tempo em que uma ruptura com comportamentos e valores. É o caos produzido pelas grandes revoluções, quando as energias por elas liberadas escapam de controle e revelam um poder que se desprende dos processos que as conduziram. Objetivamente, o caos é uma situação que não pode explicar-se imediatamente desde dentro das estruturas que o formaram. O reconhecimento por alguns revolucionários, como Villa e Zapata, de que não tinham condições materiais e ideológicas para encaminhar uma nova proposta de Estado que refletisse sua vitória militar momentânea, também significa uma compreensão da cir-

cunstância histórica em que chegaram ao poder; e uma percepção da diferença entre a composição de forças que permitia uma composição fugaz de forças e a consistência necessária para governar. O caos aí esteve nitidamente representado na incompreensibilidade dos interesses confrontados na mudança brusca.

Esse vácuo ideológico ressurgiu, trazido pelo contraste entre as determinações ideológicas daquelas partes das sociedades que refletem relações de classe; e o daquelas outras que não têm como identificar-se como classe, portanto, não têm como ligar os aspectos psicológicos e os históricos das experiências. Mas a rigor é um vazio aparente: tanto as classes convencionadas como os grupos de interesse funcionam com referências ideológicas. Só que os códigos de uns não são compreensíveis para os outros; e suas vivências caminham em diferentes sentidos. A imprevisibilidade do conjunto é simétrica à de suas partes.

Assim, sem cair num simplismo de retórica, pode-se dizer que o lastro subjetivo do confronto de interesses revela-se como um dado a ser objetivamente considerado no quadro de possibilidades e de obstáculos para que uma dada ordem se reproduza ou se altere controladamente durante um período significativo, seja, para que uma ordem seja historicamente significativa.

A emergência de grupos sociais numerosos marginalizados da linguagem oficializada revela o aumento do número daqueles que não são cobertos pelos mecanismos oficiais de articulação, que por coincidência são, também, meca-

nismos de controle. Paralelamente, as divisões entre aqueles que estão engajados no sistema oficializado de relações, indicam a presença de diferenças de linguagem, que refletem margens de incompreensibilidade, podendo desempenhar esse papel de condutores de caos. A disponibilidade de uma língua franca dos dominados torna-se um traço da atualidade, mas não é, de modo algum, uma novidade. Foi uma necessidade percebida pelos colonizadores do século XVI, na construção de grandes espaços privilegiados de dominação. Negros, índios e indianos deviam ser objeto de um mesmo e generalizado meio de comunicação, para isto escolhendo-se o nagô ou o swahili, o tupí e o hindi. Mas as condições para seu uso mudaram substancialmente, junto com as formas de engajamento das comunidades na produção e no consumo, e com os modos de articular a produção e o consumo.

Daí que a noção de caos hoje implica numa negação muito mais radical que nas visões apocalípticas medievais, ou nas revoluções sociais do início deste século. Se a civilização ocidental voltou-se para uma ciência que se torna tecnologia, que abandona a visão de totalidade, que substitui pela discussão de mecanismos; e descarta o fundamento teleológico da atividade especulativa, chega à impossibilidade de traduzir os elementos externos históricos aos internos ideológicos de sua trajetória. A negação adquire outro sentido.

3. As perspectivas do caos

A preocupação com o caos seria irrelevante, se ele não fosse uma possibilidade real. Tampouco haveria como circunscreve-lo a uma ou outra experiência isolada, ou ele não seria uma ameaça real. As evidências do fim de uma ordem mundial baseada em determinado equilíbrio político, econômico e militar, revelaram uma grande fluidez dos grandes projetos políticos mundiais, que abre espaço para diversas possibilidades de desdobramento. Aponta, em todo caso, limites de poder dos países mais poderosos, ao lado de correspondentes limites das transformações dos países periféricos mais avançados. O desmonte das racionalizações da ordem mundial do poder reflete-se, localmente, em hiatos de pressões externas, que ensejam a emergência de profundas negações internas, até então mantidas num plano irracional de simples rejeições de uma determinada ordem sem alternativas visíveis. Os países periféricos estão, há tempo, sumidos sob uma imensa monotonia de suas políticas econômicas, que é reveladora de um aprisionamento de interpretação da realidade e de um condicionamento dos desempenhos dos agentes que afetam a reprodução dos sistemas de produção e de consumo.

O principal problema que se enfrenta em tudo que é interpretação da ordem econômica, é que os mecanismos econômicos que reagem a estruturas psicológicas, tais como o mercado de valores, trabalham com uma linguagem subjetiva e afetam objetivamente a produção e

o consumo. E que o fundamento psicológico dos comportamentos aqui é algo especificamente aderido a formas de organização, a uma previsibilidade conseqüente de que os comportamentos dos diferentes atores envolvidos na reprodução do sistema resultam de uma prévia compenetração de que as regras condutores do processo de reprodução são conhecidas. A alteração da previsibilidade sobre o longo prazo afeta retroativamente a previsibilidade a médio e a curto prazo, gerando uma reação em cadeia, em que o sentido das regras das relações entre os agentes seja modificado, que por conseguinte seu desempenho no cotidiano tenha outro sentido conseqüencial.

A posição atual, portanto, perde em visibilidade, torna-se mais difícil ligar a lógica aparente dos comportamentos de hoje com suas conseqüências de amanhã. Naturalmente, quando se trata com conjuntos de fenômenos de previsibilidade variável, como acontece no campo social, as variações entre o previsível e o não previsível evoluem segundo padrões que tampouco podem ser previstos; e há sempre a possibilidade de que novos fenômenos alterem os padrões de modo também imprevisível. Pode-se, portanto, mesmo timidamente, considerar que um sistema tende ao caos ou a sair do caos (A tendência à queda da taxa de lucro significa caos, no sentido de impossibilidade de continuidade da produção capitalista, assim como no sentido de que indica uma interrupção no emprego).

Essas alterações das ligações entre os elementos do curto e do médio prazo significa a modificação da visibilidade das representações de interesse; e de sua cristalização em

posições de classe, que por definição estão em relação com situações que se estabilizam fora delas. As possibilidades de compor o nexos entre o atual e o futuro, seja, de criar o horizonte de previsibilidade, varia entre as classes, entre os grupos que não atingem a clareza de compreensão de interesses e as formas de inserção dos que se identificam como tal. Os horizontes de previsibilidade de renda, por exemplo, correspondem às possibilidades de regularidade do consumo, assim como os horizontes de consumo estão ligados à confiabilidade de transações que são parte do mundo da produção. Ao desfazerem-se os horizontes dos integrantes da produção e do consumo, tal como acontece quando desaparece uma monocultura agrícola, formam-se horizontes negativos, que resumem os quadros de incerteza sobre o futuro e o passado, que se aprofundam ou reduzem, segundo se recompõem ou não as referências institucionais com que se costumam realizar a produção e o consumo.

A conceituação atual de caos resulta da concentração brusca de horizontes negativos cuja reversão não pode ser apreciada, que por isto destroem ou anulam quaisquer possibilidades de reconstituição de uma lógica comportamental significativa. Classes, grupos integrantes de classes e grupos concomitantes de classes, interagem a partir de diferentes horizontes, portanto, com diferentes condições de prever e compreender processos em marcha. Por extensão, toma-se impossível distinguir entre processos de curta e de longa duração, bem como entre as interações entre eles.

Daí, cabem algumas observações sobre a comparabilidade dos com-

portamentos que se formam em cada sociedade. A inteligibilidade dos processos depende de que os comportamentos de grupo sejam, progressivamente, mais comparáveis ou menos comparáveis, que em consequência cada grupo possa transferir para seu próprio comportamento uma compreensão do comportamento dos demais. Logicamente, se a perda de capacidade de compreensão se estende à visão dos comportamentos pretéritos, há uma decomposição da referência histórica, seja, uma destruição do nexo entre presente e passado, destrói as referências para especular sobre o futuro. Significa que as teorias que trabalham com possível racionalidade de expectativas têm que resolver primeiro a relação da interpretação do atual com sua raiz passada. Seja que a isto se denomine tradição, como fez Gadamer, ou que se considere uma questão que pode ser resolvida mediante o uso de séries estatísticas controladas, não há como fazer a ligação entre a coerência lógica e a histórica sem a referência ao passado.

Assim, no significado estrito do termo, o caos é uma destruição brusca da sustentação do passado, ou é uma situação em que as referências do passado tomam-se inúteis para a maioria dos integrantes de uma sociedade. Ignorar este nível de caos seria limitar a noção de caos à da incompreensibilidade do mundo, conseqüente apenas da falta de abrangência do conhecimento hoje disponível. Noutras palavras, identificar o caos real com a estreiteza do conhecimento legítimo. Pelo contrário, situar o caos em termos daquilo que nos alcança, implica ter que tratar com os tempos das experiências concretas com que se constrói a história.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor et al.
1973 *La disputa del positivismo en la sociología alemana*. Barcelona: Grijalbo

1986 *Dialética negativa*. Madrid: Taurus

BUNGE, Mario 1973 *La investigación científica*. Barcelona: Ariel.

EINSTEIN, Albert. 1981 *La teoría de la relatividad*. Madrid: Alianza Ed.

GADAMER, H. G. 1981 *A razão na época da ciência*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

1988 *Verdad & método*. Salamanca: Sigueme Ed.

GLEICK James
1989 *Caos, a construção de uma nova ciência*, Lisboa: Gradiva.

HEGEL, G. W. F. 1939 *La phénoménologie de Vesprit*. Trad. Jean HyppoUte. Paris: Aubier.

MUONOD Jacques
1974 *Acaso y necesidad*. Madrid: Alianza Ed.

NA GEL, Ernst 1978 *La estructura de la ciencia*. Buenos Aires: Paidós,

POPPER, Karl
1975 *Conhecimento objetivo*. Belo Horizonte: Itatiaia.

*1987 O realismo e o objetivo. Lisboa:
Dom Quichote.*

*RUSSEL, Bertrand
1967 Human knowledge its scope and
Limits. New York: Simon and Schuster*

*WEBER, Max
1972 Economia y sociedad. México:
Fondo de Cultura Económico.*